



## PODER

Deputados aprovam requerimento de urgência para o segundo projeto de regulamentação, e mérito deve ser apreciado, hoje, em plenário. Estão previstas outras votações nesta semana de esforço concentrado em meio à campanha eleitoral municipal

# Câmara avança na reforma tributária

» EVANDRO ÉBOLI

Com o fim do recesso parlamentar, o Congresso retomou a normalidade de votações nesta semana e, na Câmara, a reforma tributária andou. Os deputados aprovaram ontem, por 308 votos a favor e 142 contra, a urgência do **segundo projeto** de regulamentação da matéria, que cria o Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cujo objetivo é unificar os impostos ICMS e ISS. Esse comitê cuidará da cobrança, distribuição e fiscalização do novo imposto. O mérito deve ser votado hoje, em plenário.

Na Câmara, o texto do Comitê Gestor do IBS é uma das prioridades do presidente Arthur Lira (PP-AL). Foi discutido por um grupo de trabalho, e o mérito deve ser aprovado nesta semana. No texto, o relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE) incluiu a destinação de 30% das vagas do comitê para mulheres.

Também ontem, o plenário da Câmara aprovou proposta que cria regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), previsão que chegou a ser vetada na sanção do projeto do marco regulatório que tratou do tema. O projeto é de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara.

Mas esse esforço concentrado vai durar poucos dias, e logo os parlamentares retomarão o ritmo de campanhas eleitorais em seus estados. Por conta das eleições municipais de outubro, a Câmara fará dois períodos curtos de esforço neste mês — de 12 a 14 e de 26 a 28 de agosto —, e retorna aos trabalhos entre 9 e 11 de setembro. Ou seja, até as eleições, ocorrerão apenas nove sessões de trabalho na Casa.

No Senado, há várias propostas engatilhadas para serem votadas. O projeto que cria um regime

### Primeiro projeto

A Câmara aprovou, no mês passado, o primeiro projeto referente à reforma tributária, que trata do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). Entre os temas, estão Imposto Seletivo e cesta básica. O texto está no Senado, onde tramita em urgência e deve ser votado até 22 de setembro para não trancar a pauta da Casa.

de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia está na pauta de amanhã do plenário. O texto está sendo costurado entre o governo e o Congresso, que aprovou a prorrogação da desoneração por quatro anos.

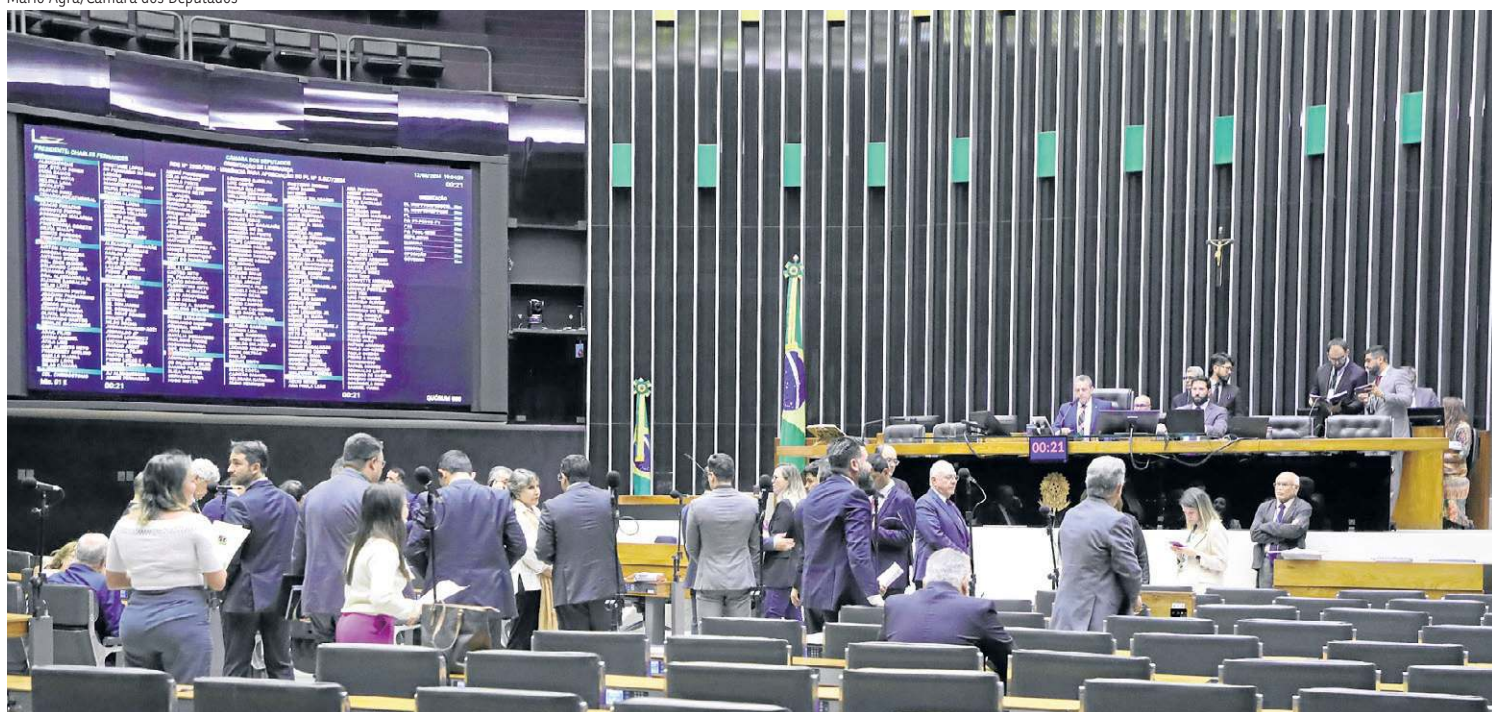
### Retomada gradual

A proposta acordada mantém a desoneração integral em 2024 e estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025, com previsão de alíquota de 5% sobre a folha de pagamento. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração.

Na Comissão de Constituição e Justiça, está prevista ir a voto Proposta de Emenda à Constituição da Anistia, que isenta os partidos do pagamento de multas por terem descumprido cotas de repasse a candidaturas de negros e mulheres em eleições anteriores. A PEC da Anistia, como é conhecida, já foi aprovada pela Câmara.

No Senado, um dos destaques da pauta de hoje é a proposta que renegocia as dívidas dos estados, de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Câmara faz até amanhã o primeiro esforço concentrado de votações no período das eleições municipais. Até o pleito, ocorrerão apenas nove sessões

## Sem “digital” do governo em emendas Pix

» VICTOR CORREIA

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, negou interferência do governo na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o pagamento das transferências especiais, conhecidas como “emendas Pix”. Ele frisou que não cabe ao Executivo influenciar decisões do Judiciário, apenas acatá-las, assim como foi feito com as emendas RP9, o “orçamento secreto”, declaradas inconstitucionais.

Parlamentares enxergaram na decisão do STF uma espécie de aliança entre Executivo e Legislativo. As emendas pix entram direto no caixa das prefeituras, sem passar pelos ministérios. Ou seja, sua suspensão diminui o poder do Congresso sobre o orçamento

da União e, especialmente, o envio de recursos para as bases eleitorais em ano de votação nos municípios.

“Não cabe ao governo influenciar a decisão do STF, muito pelo contrário, não tem qualquer tipo de digital, mas cabe ao governo, ao Executivo, cumprir, se tiver uma decisão final do STF”, argumentou Padilha, ao ser questionado em coletiva de imprensa, ontem, no Palácio do Planalto. Ele deu as declarações após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e líderes do governo no Congresso para debater as prioridades da semana.

Nesta semana, há esforço concentrado tanto na Câmara quanto no Senado. Por isso, um mal-estar com o governo pode prejudicar a aprovação de matérias econômicas, definidas como

prioridade por Lula.

Padilha disse ainda que o Planalto está colaborando com o Congresso para lidar com a suspensão das emendas. “A Câmara designou pessoas. O Senado também. O governo designou assessores sob a coordenação da Advocacia-Geral da União (AGU), para, inclusive, esclarecer ao STF e mostrar obras que estão em andamento, que é importante que os recursos sejam executados, para que a gente não paralise o andamento das obras”, ressaltou.

Lula chamou Padilha e outros ministros, como Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil), para definir as pautas principais da semana. Também participaram os líderes do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP); na Câmara, José

Guimarães (PT-CE); e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Na Câmara, a prioridade será aprovar o segundo projeto de regulamentação da reforma tributária e o Programa Acredita, que fornece crédito para micro, pequenos e médios empresários. No Senado, o objetivo é avançar a tramitação dos projetos do Combustível do Futuro, do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) e do Mercado de Crédito de Carbono, que estão em comissões.

“No caso da Câmara, nossa prioridade é encaminhar o mais rápido possível a votação do segundo projeto de lei de regulamentação da reforma tributária”, comentou Padilha. Ele reforçou que o governo quer aprovar toda a regulamentação da reforma até o fim do ano.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

# Delfim Netto foi um camaleão na política

A ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher esteve no Brasil em 1994, no governo Itamar Franco, quando o Plano Real ainda era um “experimento econômico”. Estava em pleno curso a transição à nova moeda, e o xis do problema era o comportamento da inflação. Thatcher fora convidada por Jorge Paulo Lemann, ainda dono do banco Garantia, que viria a ser vendido para o Credit Suisse, em 1998.

A Dama de Ferro lotou o auditório do Maksoud Plaza, um edifício de 23 andares na região central de São Paulo, que ainda era uma referência de tradição e glamour para artistas, celebridades e autoridades, cenário de novelas e palco de shows históricos. Thatcher tinha deixado de ser ministra havia quatro anos, mas era a principal referência para os que desejavam fazer a reforma do Estado brasileiro, com a privatização das empresas estatais, como ocorreria nos anos seguintes. O Brasil era a 10ª economia do mundo.

O petista Luiz Inácio Lula da Silva era o favorito nas eleições para presidente da República, mas começara a perder

a eleição, por se recusar a apoiar o governo Itamar e apostar no fracasso do Plano Real, induzido pela economista Maria da Conceição Tavares. O ex-governador Orestes Quércia (PMDB), que havia deixado o Palácio dos Bandeirantes com um acervo de obras de infraestrutura, prometia um plano de metas inspirado em Juscelino Kubitschek. Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o ex-ministro da Fazenda, ungiu candidato por Itamar, já tinha o apoio do antigo PFL e tentava esvaziar ou remover candidatos concorrentes. Um deles era Paulo Maluf, ex-governador e ex-prefeito de São Paulo da antiga Arena, o então PDS (hoje PP), o candidato derrotado por Tancredo Neves, em 1985, no colégio eleitoral.

Abordei o ex-ministro Delfim Netto na saída da palestra de Thatcher: “Novidades?”. Um dos caciques do PDS, já deputado, Delfim me pegou pelo braço e sussurrou: “Na terça-feira, haverá uma reunião na casa do Maluf para retirar a candidatura dele e apoiar Fernando Henrique. Apareça por lá por volta das 11”. Os políticos da antiga Arena

começavam a se mover em direção a Fernando Henrique, com medo de Lula e por adesão ao Plano Real.

Cheguei à redação crente que estava com a manchete do jornal. No aquário, o chefe de redação e o editor de política sorriram. “Daqui a pouco vamos entrevistar o Maluf”, disseram. Não deu outra, o ex-prefeito disse que a candidatura dele era irremovível. Mesmo assim, fui conferir: houve a reunião na terça-feira. Na saída, quando perguntei a Maluf se retiraria a candidatura, ele negou. Esperidião Amin (PP-SC), então presidente do PDS, também. Mas Delfim piscou o olho e sorriu. Liguei para ele. “Maluf vai desistir, pediu apenas para ter uma conversa com Fernando Henrique antes de anunciar”, confidenciei-me. Não deu outra.

### De Geisel a Dilma

Como “animal político”, Delfim Netto era um camaleão, capaz de transitar de uma posição para outra e se adaptar às circunstâncias, como

artífice das conexões do grande empresário paulista com o poder. Graças a isso, se manteve influente por tanto tempo, mesmo sendo um dos signatários do Ato Institucional nº 5, que institucionalizou o fascismo durante o regime militar.

“Eu estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho. E, se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente”, o mesmo ministro que fez essa afirmação na reunião (gravada) de assinatura do decreto que lançou o país na sua maior escuridão política, mais tarde, seria aliado de Fernando Henrique Cardoso, fora afastado da Universidade de São Paulo, e conselheiro dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, ambos perseguidos pelo regime militar.

Delfim Netto foi o mais jovem ministro da Fazenda a ocupar o cargo, aos 38 anos, quando assumiu a pasta, em 1967, e comandou a economia nos governos militares de Costa e Silva e Médici. Foi o pai do chamado “milagre econômico”, cuja estratégia teve como pilares

a ampliação da presença do Estado na economia, o aumento das exportações e a captação de investimentos estrangeiros. Para justificar a concentração de renda, cunhou a frase famosa: “É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”.

Após deixar o cargo na Fazenda, ocupou o posto de embaixador do Brasil na França, em 1975, durante o governo de Ernesto Geisel. No governo de João Figueiredo, assumiu o Ministério da Agricultura e, em seguida, o do Planejamento. Depois da redemocratização, foi eleito deputado federal por cinco mandatos consecutivos e permaneceu como figura de destaque nos meios econômico e político. O simples oportunismo não explica essa transversalidade política. Delfim foi um protagonista da “revolução passiva” da modernização brasileira, na qual o positivismo foi o caldo de cultura da direita e, depois, da esquerda. Delfim acreditava no Estado como principal indutor do progresso. Isso explica o seu camaleão trans-formismo político.